



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15636 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT22 - Educação Ambiental

E se não houver amanhã?: Educação ambiental para um mundo em vertigem

Marlécio Maknamara - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Evanilson Gurgel de Carvalho Filho - UFRSA - Universidade Federal Rural do Semi-árido

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

**E SE NÃO HOVER AMANHÃ?: EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA UM MUNDO EM VERTIGEM**

## 1 INTRODUÇÃO

Ao intitularmos nosso texto com a questão central que o mobiliza – ‘*E se não houver amanhã?*’ –, objetivamos colocar em xeque alguns dos regimes de verdade que vêm sustentando determinadas práticas na contemporaneidade e, conseqüentemente, nos constituindo como sujeitos fraturados, atemorizados, esgotados e apáticos. Não é de se estranhar: temos diuturnamente contemplado a possibilidade de nossa – outrora *eventual* e, agora, cada vez mais significada como *inevitável* – extinção. Expressões como “mudanças climáticas” e “aquecimento global” parecem ter deixado de ser atribuições exclusivas aos pares das ciências e passaram a fazer parte do léxico cotidiano. Matérias jornalísticas, reportagens e documentários, por passarem pelo crivo da “realidade”, mostram-se cada vez mais eficientes na apresentação de um quadro de decadência irrefreável. Nem mesmo a ficção estaria ilesa a essa teia de significados: vide os inúmeros artefatos culturais (filmes, novelas, músicas, livros, peças publicitárias, narrativas midiáticas seriadas

etc.) a tentar prever nossa suposta derrocada insolúvel ou, de maneira mais ou menos otimista, apresentar soluções criativas, geralmente fantasiosas, para adiar um desfecho apocalíptico.

Desejosos de mundos mais habitáveis *porvir*, o presente ensaio é um compacto de algumas das nossas inquietações e pesquisas no campo da Educação Ambiental (EA), no âmbito dos grupos de estudos e pesquisas por nós liderados. Não queremos partilhar do mesmo conteúdo e tom catastrófico nos quais querem enredar. Pelo contrário: nos encontramos naquela condição de insatisfação que Corazza (2002, p. 11) defendeu como necessária para o curso de qualquer investigação, pois “somente nessa condição de insatisfação com as significações e verdades vigentes é que ousamos tomá-las pelo avesso, e nelas investigar e destacar outras redes de significação. Por isso, convocamos, nesta pesquisa, imagens outras que apontem caminhos mais esperançosos para um amanhã vindouro, em tempos nos quais efeitos de pulsões destrutivas ameaçam as vidas de educadores/as ambientais com produções de medo, desalento, preocupação, tristeza e decepção (Carvalho, 2020). Para tanto, recorreremos a um arsenal teórico-metodológico que, de algum modo, nos permita fabular imaginários possíveis para a sobrevivência multiespécie – incluindo os seres humanos e *mais-que-humanos* – no contexto da emergência climática e do Antropoceno.

Atentos à necessidade de uma sensibilidade diferencial para que possamos lidar com as demandas específicas do nosso tempo, **o objetivo geral deste ensaio é o de experimentar uma Educação Ambiental (EA) para um mundo em vertigem.** Com isso, questionamos: como soerguer um futuro vivível, a despeito de todos os discursos enclausuradores que insistem em testificar a morte do nosso planeta? Quais são as alternativas possíveis para uma EA que esteja aberta a explorar potências de variação aos significados que objetivam nos dessensibilizar frente a nossa ruína vindoura?

Para tentar chegar a algumas respostas possíveis, desenvolvemos nosso ensaio a partir de algumas notas que acreditamos ser importantes para educadores/as comprometidos com uma EA aberta a experimentar com os ruídos do mundo. Não objetivamos fechar um quadro definitivo de práticas pedagógicas em EA. De forma contingente, evidenciamos alguns caminhos possíveis que nos foram úteis em nossa busca de variar as formas para expressar ideias, pensamentos, sensações, emoções e paixões relativas às questões ambientais.

Experimentamos linhas variantes para as narrativas apocalípticas que nos assombram: defendemos a confluência entre seres humanos e mais-que-humanos; problematizamos a ideia de uma “consciência ambiental” que serviria como bote salva-vidas das águas turbulentas do amanhã; sentimos a necessidade de uma atenção permanente, sem nos afogarmos nessas mesmas águas; lançamos outros olhares para a Natureza que nos cerca, em uma roupagem atualizada.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Confluência multiespécie para habitar as ruínas

O que lançamos nas linhas tateantes deste ensaio talvez se afine a um certo otimismo “no olho do furacão”, similar ao que Nara Leão entoou às vésperas de um golpe militar: “*se não tem água/eu furo um poço/se não tem carne, eu compro um osso e ponho na sopa/e deixo andar/deixo andar*”. Com isso, não fantasiávamos ingenuamente a eliminação de um cenário complexo, nem fechamos os olhos para os acontecimentos mais recentes: uma catástrofe sanitária global que nos agitou durante quase três anos (e cujos efeitos certamente seguiremos sentindo por mais algum tempo); o recrudescimento do reacionarismo conservador da extrema-direita em escala planetária, sobretudo nos ditos “países de primeiro mundo” e, conseqüentemente, tomadores de decisões que nos afetam aqui nos trópicos; as práticas genocidas perpetradas ao povo palestino; as violências a que são submetidas os povos negros em diferentes lugares do mundo, sobretudo no Brasil; as leis que resguardariam os direitos reprodutivos femininos sendo colocadas em xeque ao arrepio das decisões historicamente adquiridas etc.

Estes seriam apenas alguns dos exemplos para iniciarmos a conversa. Juntamente a Foucault (1995, p. 256), temos sentido cada vez mais a necessidade de assumir o posicionamento de que “nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso, o que não significa exatamente o mesmo que ruim. Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer”. Assumir isso tem sido crucial para que não sejamos seduzidos por esse repertório de destruição inescapável a nossa volta, imagens bélicas que nos impedem de afirmar a vida em toda sua capacidade de perdurar. Ainda que o espaço-tempo que nos atravessa não tenha oferecido perspectivas tão generosas de um futuro minimamente habitável, seguimos aqui os rastros de Haraway (2023): necessitamos estreitar os laços e refundar os nossos imaginários,

para que estes sejam capazes de convocar um exercício de coexistência multiespécie. Se na atualidade vigora uma certa celebração premonitória do apocalipse, entoada como uma espécie de “rapsódia do juízo final”, desejamos fabular a partir da imagem *confluência*, essa “energia que nos move para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito” (Santos, 2023, p. 15). Como rios caudalosos que caminham lado a lado, até tornarem-se uma única e indiscernível força: eis a nossa aposta, eis o nosso desejo. Confluir. Compartilhar. Conviver.

*Com-viver* requer compreendermos que “afetos não se trocam, se compartilham” (Santos, 2023, p. 36). Isso tem exigido de nós modos diferenciais de habitar essas ruínas babélicas, que longe de serem estéreis, ainda são capazes de um “florescimento de alteridade significativa” (Haraway, 2023, p. 11) como um gesto ético e político de esperança para um mundo à beira do colapso. Pensar nos termos de uma *alteridade significativa* nos auxilia compreender que somos quem somos em uma relação contígua com outros seres, seja qual for a categoria taxonômica mínima que nos aproximaria. Nesse sentido, para moldar “futuros multiespécies mais vigorosos”, nos argumenta Haraway (2023, p. 76), precisamos “prestar atenção nas complexidades, distribuídas e cheias de camadas”, o que nos ajudaria “a evitar tanto um determinismo pessimista quanto um idealismo romântico”.

## 2.2 Reimaginar nossa “consciência ambiental”

Um outro passo que consideramos imprescindível em nossas investigações é questionar: a que ou a quem tem servido a nossa “consciência ambiental”? De que modo as imagens apocalípticas amplamente difundidas em inúmeros artefatos culturais têm se prestado menos a nos amedrontar do que para governar uma massa que assumiria para si uma responsabilidade salvacionista? Como nos mostra Silva e Chaves (2018, p. 53), temos sido constantemente atravessados por “um suposto mal que fazemos ao mundo e, simultaneamente, somos convidados a rever nossas escolhas e hábitos sob pena de ver a vida escorrer pelas mãos”.

É necessário experimentar: provocar fissuras em ideários apocalípticos, abalar os modelos que tendem a construção de uma consciência unívoca, uma pretensa “conscientização ambiental” que nos salvaria do caos que nos aguarda.

Maquinada a partir da sensação de urgência e no pânico daquilo que se avizinha, esses modelos concorrem para a produção de uma *subjetividade zumbi*, cujo avatares se assemelham aqueles seres apocalípticos que comumente atravessam os artefatos culturais que se prestam a “antecipar” nosso desfecho. Tal subjetividade é composta de posições de sujeito que carregam traços de um planeta em colapso e que urde um caráter de modelização e serialização.

Não é fácil se desfazer desses modelos. As velhas coordenadas que nos são solicitadas desde a tenra idade, em práticas pedagógicas costumeiramente apresentadas como integradas a uma certa “cartilha de boas maneiras” – separar o lixo; desligar o chuveiro enquanto se ensaboa; escovar os dentes no banho para diminuir o consumo de água; fazer xixi no banho, evitando o desperdício de água em cada descarga desnecessariamente efetuada etc. – ganham, na contemporaneidade, atualizadas e insidiosas solicitações. As instituições financeiras de cartão de crédito, por exemplo, têm assumido um certo caráter pedagógico aos seus clientes ao passarem a calcular, em seus aplicativos, qual seria a “pegada de carbono” dos respectivos titulares, indicando um valor a ser pago para “compensar” o volume de gases de efeito estufa gerado pelas suas atividades econômicas individuais.

Ironicamente, trata-se de uma noção bastante unilateral de “consciência ambiental”. Há pouco ou nenhum esforço por parte dos executivos e rentistas da Faria Lima em tentar dirimir os efeitos catastróficos das altas taxas de juros nas populações mais pobres e vulneráveis do país. Que tipo de consciência é esta que estamos construindo quando, por um lado, anunciamos as nossas ações individuais como necessárias para a redenção do juízo final e, por outro lado, isentamos a coletividade quando o “preço a se pagar” recai justamente no bolso daqueles que detêm a maior concentração de renda? Como Silva e Chaves (2018, p. 158) tão bem evidenciaram, “nossa consciência nunca foi ausente, pelo contrário, sempre padecemos do excesso dela”.

Quando argumentamos a necessidade de inteirar-se ética e politicamente no território da Educação Ambiental, com foco na experimentação e na criação de outras “consciências ambientais”, estamos menos preocupados em salvar o mundo da sua presumida destruição e mais pautados em uma luta incessante por justiça social, “no direito à vida digna, não só da espécie humana como de todas as formas de vida” (Reigota, 2000, p. 201). Se estamos interessados em uma prática

em EA comprometida politicamente com as vidas humanas e as vidas *mais-que-humanas*; se estamos continuamente desfazendo o primado da vida sobre o inerte (Povinelli, 2023) e se desejamos dissolver as noções totalizantes e totalizadoras de “consciência ambiental”, devemos ensejar a “construção de uma sociedade sustentável baseada na justiça, na dignidade, na solidariedade, na civilidade, na ética e na cidadania” (Reigota, 2000, p. 201). Qual educação ambiental dará conta de estimular alunos e professores a entrar na carapaça dos caranguejos e produzir narrativas com aquilo que eles sentiriam caso fossem transportados amontoados entre si durante horas, para ao final ser ingeridos com cervejas e refrigerantes produzidos sob incentivo fiscal precisamente onde a disponibilidade de água foi historicamente significada como um “problema natural”?

Se estamos interessados em uma prática em EA comprometida politicamente com as vidas humanas e as vidas *mais-que-humanas*; se estamos continuamente desfazendo o primado da vida sobre o inerte e se desejamos dissolver as noções totalizantes e totalizadoras de “consciência ambiental”, devemos ensejar a “construção de uma sociedade sustentável baseada na justiça, na dignidade, na solidariedade, na civilidade, na ética e na cidadania” (Reigota, 2000, p. 201).

Já entoamos essa canção um sem-número de vezes, mas cabe aqui repeti-la como em um ritornelo anti-apocalíptico: “é preciso estar atento e forte/não temos tempo de temer a morte”. Sim, Foucault já nos alertara que “tudo é perigoso” (1995, p. 256), mas é difícil resistir ao argumento na voz de Gal Costa, sobretudo quando modulado com o seu inconfundível timbre de cristal: “tudo é divino e maravilhoso!”. A partir dessa bricolagem teórica-musical, passamos a considerar a necessidade de uma atenção contínua, mas não paranoica; de sabermos que sim, há muito o que fazer, mas que isso não significa que o nosso trabalho precise ser atravessado por lamúria e tristeza – ainda que aquilo contra o que se combate seja perverso.

### 3. Suspende pressupostos inegociáveis

Uma vez que nos inteiramos ética e politicamente do campo que estamos Tateando, de modo a produzir outros ideários de “consciência ambiental” que impliquem em estarmos atentos e fortes em um mundo que nos requer desatentos e fragilizados, focalizaremos em um último eixo que destacamos das nossas inquietações e investigações: a suspensão de pressupostos inegociáveis. Com isso, recusamos a operar com metanarrativas, uma narrativa cujas eficácias retóricas

e vontade de dominância, pautadas em ambições grandiloquentes, pretensões universalizantes e projeções utópicas, ocultam tanto suas cumplicidades na constituição daquilo de que falam quanto seu fechamento de possibilidades de leitura.

Podemos evidenciar que a “consciência ambiental” é menos fruto das reflexões de um sujeito coerente, racional e consciente do que o produto de uma série de interpelações externas. Nesse eixo, focaremos em um outro conceito central em nossas pesquisas em EA: a Natureza, conceito esse também presumidamente compreendido como “natural”, “espontâneo” e “auto evidente” e que segue como “a principal arena de esperança, opressão e contestação para os habitantes do planeta Terra em nosso tempo” (Haraway, 2023a, p. 1).

Compreender as construções em torno da natureza como um processo concomitantemente cultural – sem, contudo, eliminar suas premissas biológicas – parece-nos crucial para um mundo em vertigem. Um imperativo “para as pessoas que precisam e esperam viver em um mundo menos perturbado pelas dominações de raça, colonialismo, classe, gênero e sexualidade” (Haraway, 2023b, p. 3). Apostamos, portanto, em *naturezasculturas*, como costuma grafar Haraway (2023c, p. 111), um composto de “pessoas/seres vivos e não-vivos engajados *com*”, incluindo aí “uma variedade de jogadores surpreendentes”.

Poderíamos traduzir esses “jogadores” a quem Haraway (2023c) se refere nos termos das nossas próprias experiências catastróficas *in loco*: reúne desde elementos inertes, como solos, rochas e minerais – que quando geridos por empresas que visam unicamente o lucro, costumam ter consequências catastróficas, a exemplo dos desastres ambientais de Mariana e Brumadinho/MG –, sem desconsiderar alianças nas margens desses acontecimentos, como nos inúmeros projetos, associações, ONGs e conselhos municipais engajados na luta por justiça social.

Acreditamos que essas *imagens de vida-e-morte* produzidas por diferentes sistemas de *naturezasculturas* provocam descontinuidades em discursos apocalípticos da contemporaneidade. É através delas que temos tentado escapar dos cenários presumidamente inalteráveis e fixos. De um lado, porque se tudo estivesse fadado ao fracasso, qualquer movimento de resistência seria em vão. De outro porque seguimos acreditando que “importa as histórias que contamos para

contar outras histórias; importa quais nós amarram os nós, quais pensamentos pensam pensamentos, quais descrições descrevem descrições, quais laços enlaçam laços” (Haraway, 2023a, p. 18). Continuamente temos nos indagado: quais são as histórias de que temos nos abastecido para que possamos criar o mundo que nos ronda? Que futuros nos assombram e fazem-nos recorrer a determinadas histórias? Quais são os enredos que somos inclinados a produzir quando aqueles “nós que amarram os nós” parecem profundamente atados às linhas de morte, de adoecimento e de sedimentação?

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

E no meio do caos, eis que se avizinha um final. Sob o risco de decepcionar algum/a leitor/a capturado/a pelos discursos catastróficos, precisamos alertar que não iremos recorrer a desfechos apoteóticos, hecatombes, flagelos, murmúrios e lamentações. Nada de massacres, carnificina, guerras e derramamento de sangue. Nosso trabalho ético e político é de ajudar a refundar futuros e *desdramatizar o fim que nos ronda*. Uma mudança de rota, uma recomposição que não recorra a um conformismo improdutivo. Rejeitamos permanentemente o que está dado como certo. Queremos experimentar, arriscar, sair dos lugares-comuns.

A incerteza resfolegante de um futuro lamuriento segue turvando nossos horizontes futuros. A pergunta que lançamos no início deste ensaio certamente seguirá reverberando por muito tempo. *E se não houver amanhã?* Ao invés de pensar em um apocalipse porvir, nos preocupam mais os inúmeros “apocalipses diários” pelos quais determinadas populações estão cotidianamente atravessadas. Todos os dias alguém passa pelo seu próprio “fim do mundo”, capitaneado por cavaleiros de infindáveis selos: a fome, a guerra, a peste, a servidão, a violência racial, a violência de gênero, as opressões às minorias sexuais... Se de fato não houver um amanhã, por que não reunirmos esforços para mobilizar um presente vivível? Por que se ater ferrenhamente a imagem da finitude, esgotando as possibilidades de viver, quando a vida, como tão belamente nos mostrou Guimarães Rosa, quer da gente é coragem?

Palavras-chave: Mudanças climáticas; Educação ambiental; Subjetividade.

### REFERÊNCIAS



- CARVALHO, I. C. M/ A pesquisa em educação ambiental: perspectivas e enfrentamentos. **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 15, n. 1, p. 39-50, 2020.
- CORAZZA, S. Labirintos de pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, M. V. (Org.). **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- FOUCAULT, M. Entrevista. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (orgs.). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- HARAWAY, D. **O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.
- HARAWAY, D. **Ficar com o Problema: fazer parentes no chthuluceno**. São Paulo: N-1 edições, 2023a.
- HARAWAY, D. **A reinvenção da natureza: símios, ciborgues e mulheres**. São Paulo: Editora WMF, 2023b.
- HARAWAY, D. Ficando com o Problema – Entrevista com Donna Haraway. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 25, n. 3, p. 107-115, set. 2023c.
- REIGOTA, M. Educação ambiental: compromisso político e competência técnica. **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba, v. 26, n. 1. p. 199-202, jun. 2000.
- SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Editora Ubu, 2023.
- SILVA, L.; CHAVES, S. Nosso vizinho, o apocalipse: mídia e educação em tempos de (in)cons/ciência. **Em aberto**, v. 31, n. 103, p. 149-160, set./dez. 2018.